

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 535.634 - GO (2019/0287858-5)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : WEYVEL ZANELLI DA SILVA**  
**ADVOGADO : WEYVEL ZANELLI DA SILVA MELO - GO051159**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**PACIENTE : CLODOALDO ANTONIO FELIPE (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

## DECISÃO

O paciente alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de decisão proferida por desembargador do Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 5526196-72.2019.8.09.0000, em que **foi pleiteado o imediato cumprimento da decisão que determinou o recambiamento do reeducando para a Comarca de Maceió – AL.**

Irresignada, a defesa assere que "[o] paciente encontra-se desde a data de 21/01/2019 aguardando o cumprimento da decisão judicial que autorizou sua transferência. Além do mais, o paciente já permaneceu todo o tramite processual necessário para o deferimento da transferência aguardando, sendo que, sua situação no sistema prisional Goiano não é o dos mais confortáveis" (fl. 6).

Primeiramente, saliento que, de acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula nº 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra

# *Superior Tribunal de Justiça*

decisão do relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

Todavia, na hipótese, o Desembargador relator, ao analisar o pleito liminar lá deduzido, limitou-se a destacar que, "[e]m sede perfunctória de cognição, sem prejuízo de futura reformulação de minhas convicções, não vislumbro presentes os elementos necessários para acolhimento do pleito liminar. Ao ensejo de uma primeira experimentação com as provas jungidas, delas não extraio elementos que inopinadamente tornam-me convictos quanto à verossimilhança das alegações exordiais" (fl. 28).

Dessa forma, percebe-se que a Corte de origem não adentrou o exame da questão na decisão liminar. Portanto, diante da não análise do pedido, **o seu exame pelo Superior Tribunal de Justiça incorreria em indevida supressão de instância, mormente na hipótese, em que a tese carece de apreciação pelo colegiado competente.**

À vista do exposto, nos termos do art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** este habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**